



**CÂMARA MUNICIPAL
DE
ANGRA DO HEROÍSMO
TERCEIRA AÇORES**

BOLETIM MUNICIPAL

ANO 2

N.º 13

31-1-87

EDITOR: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
DIRECTOR: Dr. Joaquim Ponte
REDACÇÃO: Drs. Gervásio L. Martins, António Neves Leal
e José Rodrigues Ribeiro

Angra e o terramoto de 1980

Estão decorridos sete anos completos após ter ocorrido o mais violento sismo que abalou a cidade de Angra, bem como outras freguesias da ilha. Das ruínas então verificadas nas ha-

bitações, edifícios de toda a ordem, igrejas, edifícios públicos e até cemitérios, onde algumas das nossas ruas mal davam para a passagem de peões. A electricidade, os telefones, a água e as comunicações com o exterior ficaram cortados. Hoje passados esses sete anos de trabalho e

num ritmo considerado satisfatório. As Escolas e Igrejas já se encontram quase completamente recompostas ou em vias disso, assim como os edifícios públicos e foram quase todos.

num ritmo considerado satisfatório. As Escolas e Igrejas já se encontram quase completamente recompostas ou em vias disso, assim como os edifícios públicos e foram quase todos.



desventradas ou decapitadas pela força da Natureza, algumas mesmo no centro histórico de Angra ainda se apresentam em ruínas, a pedir nova legislação para fazer acompanhar as restantes, mas a verdade é que as obras ainda continuam e temos várias frentes de trabalho,

O belo e donairoso edifício da nossa Edilidade, foi também um dos bastante afectados, mas já se encontra em total funcionamento desde 1985. Sem pretendermos fazer apologia de métodos ou sistemas adoptados, julgamos que o Governo Regio-

(conclui na pag. 17)

Freguesia dos Altares

Esta é a freguesia mais ocidental do concelho de Angra do Heroísmo, estendendo-se junto ao mar desde o Raminho aos Biscoitos, esta já do concelho da Praia da Vitória. Penetra fortemente para o interior com algumas povoações na Estrada do Mato. É das freguesias mais antigas desta ilha Terceira, embora não se conheça a data certa da sua criação como paróquia. Segundo o escritor terceirense Drumond, deve ser freguesia por volta dos anos de 1480.

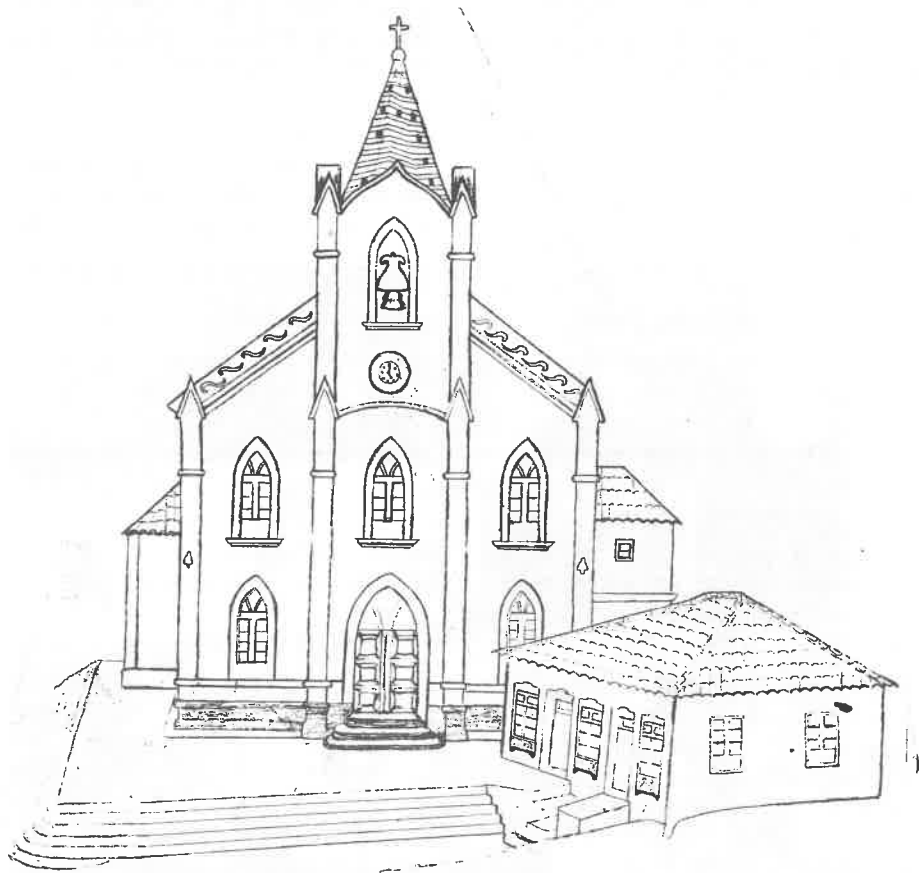
A freguesia tem por orago São Roque e já no ano de 1612 contava para cima de 200 fogos, o que lhe confirmava um lugar de certo destaque e de grandeza a nível de desenvolvimento da ilha Terceira. Nunca foi nem é uma freguesia grande em população, mas pelo seu belo alinhamento de boas casas junto à estrada, o seu apreciável desenvolvimento cultural, podemos afirmar com verdade que se trata de uma grande freguesia.

A origem do seu nome não se encontra definitivamente esclarecido, com várias hipóteses mais ou menos fundamentadas, e todas elas prováveis, deriva, segundo uns, do Pico Martim Simão, que como escreveu o padre António Cordeiro: "É um altar a que vem render-se o mar, tão alto que serve de marco aos pescadores".

Mas em história quando não existem raízes a comprovar os factos, entra-se de imediato no campo das suposições, como acontece com Monsenhor Alves da Silva, que afirma: Admite-se, como mais razoável, seja a contracção das palavras Altos Ares".

Julgamos que se os historiadores não conseguirem provar e comprovar as suas teses, que sejam os habitantes da freguesia, depois de ponderados todos os temas, a tomarem a última palavra e nunca da nossa parte nem de outros leigos na matéria.

Tem uma bela igreja de arquitectura um pouco invulgar, julgamos ser a única com aquele es-



tilo nos Açores. Não conhecemos a data da sua construção, mas deve ser bastante antiga, tendo em conta já ser freguesia em 1480. Sabe-se ter sido danificada pelo terramoto de 1867, assim como pelo ciclone de 28 de Agosto de 1893, vindo a ser reparada e benzida a 20 de Agosto de 1909.

O terramoto de 1 de Janeiro de 1980 também lhe causou profundas cicatrizes, e após um processo moroso e difícil, com alguns desentendimentos com a diocese de Angra e dos Açores, acabou-se por fazer as reparações a contento de todos e foi aberta ao culto a meados do ano de 1986.

É terra de algumas festas importantes, quer no campo religioso quer no profano, onde as suãs touradas à corda tem uma fama em toda a ilha e chamam muita gente a essas belas festas populares. Tem o seu lindo Império do Senhor Espírito Santo, Casa do Povo e Junta de Freguesia, assim como edifícios escolares.

É sede também de duas sociedades Filarmónicas, a do Sa-

grado Coração de Jesús fundada a 1 de Novembro de 1881, já centenária e sempre com força redobada; e a Sociedade de São Roque fundada a 1 de Janeiro de 1959, quer embora mais recente já se afirmou como colectividade. E quando existem duas filarmónicas na mesma freguesia, como acontece com os Altares, é sinal bem evidente de ser uma freguesia de gente bastante bairrista, o que lhes dá ainda maior força.

Tem ainda um passal que se diz ser dos mais ricos e modernos da ilha, o que não comentamos mas apenas registamos. Tem duas pequenas bibliotecas instaladas na sede da Junta de Freguesia, possui luz eléctrica desde 6 de Julho de 1969 e telefone desde 1943. Possui no seu centro um apreciável comércio local e uma agricultura a caminhar com vistas para o futuro.

E muitas outras coisas há a registar, mas em linhas muito por alto como se impõe nestes apontamentos, eis o que se nos oferece de momento no tocante à linda e alegre freguesia dos Altares.

Homenagem a José da Lata

A 6 de Janeiro de 1898, nascia na freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Cinco Ribeiras, a freguesia Branca, José Martins Pereira, que mais tarde viria a ser conhecido em toda a ilha Terceira e fora dela, apenas por JOSÉ DA LATA.

Foi pastor de profissão e poeta nas horas vagas, com um forte

dos Reis, das cantorias ao desafio e das romarias onde era convidado de respeito e muita estima, a Assembleia e Junta de Freguesia da Terra Chã resolveram prestar-lhe uma homenagem, a que o Boletim Municipal se associa respeitosamente, porque JOSÉ DA LATA houve só um e mais nenhum.

PRÓGRAMA

(3 a 6 de Janeiro de 1987)

15H00 - Futebol de salão;
20H00 - Abertura com homena-

- Grupo de Bailho da Canção Regional Terceirense.

DIA 5 (TERÇA-FEIRA)

20H00:

- Escola de Violas da ilha Terceira;
- Cantigas ao desafio;
- Duo "Victor";
- As Velhas.

DIA 6 (TERÇA-FEIRA)

20H00:

- Actuação da Filarmónica da Terra-Chã;
- Palestra pelo sr. Domingos Xavier;
- Orfeon da Casa do Povo;
- Canções do "José da Lata", cantadas por José Meneses Martins (filho do José da Lata);
- Rancho "Os reises" da Terra Chã;
- Baile à Antiga (formado por elementos que cantaram e dançaram com Zé da Lata).



sentido de humor e uma alegria sem par - FUI ALEGRE E CANTEI! Aos 26 anos foi casar na Terra-Chã com D. Delfina Cândida Pereira, onde ficou a viver até á sua morte ocorrida a 10 de Fevereiro de 1965. Percorreu apressadamente uma vida de trabalho, alegria e a fazer cantigas alegres e frescas, como as manhãs dos dias de Reis em que nasceu.

Natural das Cinco Ribeiras por nascimento, veio a adoptar a Terra-Chã pelos laços do casamento., Foi durante a sua vida de apenas 67 anos e mesmo ainda depois da morte, um dos filhos mais conhecidos da freguesia de Nossa Senhora de Belém.

Pela sua memória de muito respeito, pela alegria das suas quadras e cantares, nas festas

PROGRAMA

(3 a 6 de Janeiro de 1987)

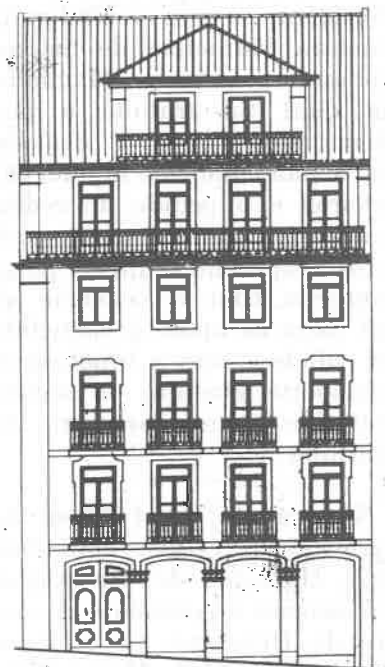
DIA 3 (SÁBADO)

15H00:
- Futebol de salão;
20H00:
- Abertura com homenagem a "José da Lata";

- Escola de violas da Terra-Chã;
- Opereta do Posto Santo.

DIA 4 (DOMINGO)

20H00:
- Noite de folclore;
- Grupo de Baile das Doze Ribeiras;
- Grupo folclórico do Posto Santo;
- Grupo folclórico "Os Bravos";



**PINTE A CASA
DE BRANCO.**

Deliberações da Câmara de Angra

Na reunião de 27. Nov. 86 foi aprovada a 1ª alteração ao Orçamento camarário, no montante de Esc. 18.165.063\$00;

deliberado manter como representante da Câmara na Junta Autónoma do Porto o vereador sr. Eduardo Ferreira Gomes da Silva;

foi tomado conhecimento do resultado das análises de águas efectuadas no Laboratório de Microbiologia da Universidade dos Açores;

deliberado conceder à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, para manutenção do piquete nocturno, um subsídio de 150.000\$00, que será completado no próximo ano para o total de 273.750\$00;

deliberado autorizar, a título provisório, o estacionamento de taxis no troço compreendido entre a Caixa Geral de Depósitos e a Camisaria Ávila, da Rua Direita, e no sentido Sul-Norte; Foi dado conhecimento à Câmara da reunião de trabalho do Presidente com o vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Comandante Pinto Machado, na qual foi tratado o problema dos lixos, a deslocação a esta cidade de alguns calceteiros e o pedido de cedência de uma central para semáforos, esperando ainda poder contar-se com a cedência de um carro de apoio à varredura da cidade e com a hipótese de transporte gratuito de alguns materiais num cargueiro da Marinha.

Na reunião de 4. Dez. 86 foi aprovado o estudo elaborado pela Direcção de Habitação, Urbanismo e Ambiente de Angra do Heroísmo para alteração do Largo 4 de Março desta cidade; deliberado contactar o propri-

etário do "Teatro Angrense" com vista à eventual aquisição do respectivo imóvel pela quantia de 22.500 contos; deliberado substituir, temporariamente, no exercício das funções de vereador o sr. Eduardo Ferreira Gomes da Silva, que se encontra ausente desta Ilha e requereu a suspensão do seu mandato por um período de 60 dias, tendo, mais, sido deliberado convocar o vereador substituto para entrar em exercício

Na reunião de 11 de Dez. 86 foi deliberado assumir o encargo com o arranjo de caminhos destruídos pelas chuvas na freguesia das Doze Ribeiras, no montante de 320.700\$00, transferindo essa quantia para a respectiva Junta de Freguesia; deliberado proceder ao calçamento do adro da Igreja da Sé, em colaboração com a Direcção de Obras Públicas que para o efeito dará a pedra necessária;

deliberado assumir o encargo com a colocação de placas toponímicas na freguesia de São Bento, transferindo a verba de 380.000\$00, para tal efeito, para a respectiva Junta de Freguesia

Na reunião de 18 de Dez. foi deliberado aprovar o projecto para a construção do edificio da Junta de Freguesia da freguesia de Vila de São Sebastião; deliberado autorizar o pedido de um grupo de motoristas de taxis da Praça Velha para, a título provisório, ser feito estacionamento de taxis, na Praça Velha, junto ao Café Portugal, em substituição do espaço concedido junto à Caixa Geral de Depósitos;

Foi tomado conhecimento das conclusões das Primeiras Jornadas de Cultura e Turismo, que, por serem de interesse geral, a seguir se transcreve:

Adágios

Vamos no presente ano de 1987 continuar a publicar mais alguns adágios açorianos, mais propriamente usados na ilha Terceira, embora alguns sejam comuns a todas as ilhas do arquipélago, apenas com pequenas variantes.

9 - O CALDO E O AMOR, O PRIMEIRO E MELHOR: É bem certo que o primeiro a servir-se de qualquer prato, tem a escolha a chamada "olha" ao passo que os últimos não têm escolha. Com o amor o mesmo acontece. O Primeiro é sempre mais doce, mais puro e mais belo...

9 - O CASAMENTO É COMO A GRIPE: DESCOBRE TODAS AS DOENÇAS: É o mesmo que dizer que a doçura terna e meiga dos namorados, depois de casados essa doçura vai fermentando e acaba por azedar, tornando o que era maravilhoso num ambiente cansado e até pesado.

9 - O DIA DA ALEGRIA É A VESPERA DA TRISTEZA: Significa que ninguém conhece onde termina o mal e começa o bem. Isto é: A vida é uma incerteza constante e devemos estar preparados para as suas surpresas.

9 - O LUME AO PÉ DA ESTOPA É QUE PEGA: Uma chamada de atenção muito forte e real para as muitas situações da vida, onde por saber bem ou dispor bem não se mede o perigo da situação e, quando surge o AZAR é que nos lembramos que a vida tem muitas matérias inflamáveis...

9 - O MEDO É MAU CONSELHEIRO: Outra chamada de atenção muito séria, a lembrar que ninguém deve tomar decisões importantes, sobre pressão ou intimidação.

9 - ONDE NÃO HÁ COMER NÃO HÁ PRAZER: O mesmo que dizer: Quem tem a barriga vazia não tem alegria. Ou mais simplesmente: Quem não come não tem força nem vontade para trabalhar.

Rádio Clube de Angra

O maior e mais seguro amigo e compãheiro das nossas manhãs, tardes e noites das gentes deste concelho de Angra do Heroísmo, é desde há longos anos o Rádio Clube de Angra.

Soubemos que o nosso RCA tem nova grelha de programação a ir todos os dias para o ar, sabendo também que ela deve interessar aos nossos muní-

Só às segundas-feiras:

- Amnistia internacional às 21H30;
- Os grandes acontecimentos dos século XX às 22H01;
- A noite de Albano Silva às 23H40;
- Encerramento da estação (todos os dias) às 01H00;



cepes, e como este Boletim é para informar e servir, damos a conhecer o MAPA TIPO.

De segunda a Sexta-feira e até às 19H00:

- Abertura diária às 06H45 todos os dias da semana;
- Agenda rural às 06H50 todos os dias da semana;
- A Festa da rádio às 07H30;
- Os bons velhos tempos às 09H05 (As segundas: Aurora Jorgense);
- Manhãs doces às 10H05;
- Enquanto almoça às 12H45;
- Sempre viva às 14H05;
- O Expresso das 16 às 16H05;
- Só Rock às 17H05;
- Que quer ouvir às 19H30;

Só às terças-feiras:

- Clássicos com classe às 21H30;
- A noite de Álamo de Oliveira às 23H30;

Só às quartas-feiras:

- O Centro e projecto jovem às 22H01;
- A noite de Leonardo Melo às 23H30;

Só à quinta-feira:

- Os mestres de jazz às 21H30;
- Coimbra na poesia e na lenda às 22H01;
- A noite de Martins do Carmo às 23H30;

Só à sexta-feira:

- Ao vivo às 21H05;
- A noite de Filomena Barcelos às 23H30;

No próximo mês daremos a programação dos sábados e domingos.

Maduro Dias



Faleceu no passado Domingo dia 22 de Dezembro de 1986, no Hospital Regional desta cidade, FRANCISCO COELHO MADURO DIAS, natural de Angra do Heroísmo, onde nasceu em 1904 e onde tem vivido depois de completar os seus estudos. Tinha 82 anos.

Nunca pertenceu à Câmara nem à sua Assembleia Municipal, que sabemos, mas estava profundamente ligado a ela e a toda a cidade, naquilo que tinha de positivo e útil, através da sua OBRA que ficará a perdurar a sua memória.

Foi poeta de valor, com algumas obras publicadas e muitos poemas em jornais e revistas; escultor de talento e visão artística como atesta o busto do Prior do Crato; pintor de traços firmes e tintas suaves, como se pode apreciar no quadro existente no Hotel de Angra do Heroísmo, ou nos desenhos da bela calçada da nossa Praça Velha. Foi, enfim, aquilo a que se pode chamar com toda a propriedade - um homem de cultura.

Embora Maduro Dias nunca estivesse vinculado politicamente á Edilidade Angrense, o Boletim Municipal abre agora uma excepção para arquivar nas suas colunas um preito de homenagem, - porque MADURO DIAS também foi uma excepção - Não era de nada e de ninguém - para ser a tempo inteiro da Comunidade onde nasceu, trabalhou, viveu, criou e veio a morrer.

Culinária

“É A ARTE de preparar os alimentos de forma a torná-los mais saborosos, digeríveis ou agradáveis à vista. Embora a culinária resulte do cuidado em racionalizar a alimentação, contudo, reflecte e muito as tradições e hábitos de cada povo ou região”.

Como somos também um povo e uma Região bem demarcada no campo da culinária, vamos a partir deste número, dar início a mais uma rubrica intitulada CULINÁRIA da ilha Terceira.

Daremos, assim, um jantar para o mês de Fevereiro, tendo por base os nossos pratos conhecidos fora da ilha.

SOPA DE FUNCHO

Põe-se a cozer numa panela de ferro, os seguintes ingredientes: Água, toucinho fumado, linguiça, banha de porco, sal e depois de tudo bem cozido, juntam-se-lhes algumas batatas novas, miúdas e raspadas à faca, e finalmente uma mão bem cheia de funchos tenros, picados muito miúdos. Também Há quem junte uma mão de arroz.

Serve-se bem quente.

GALINHA ASSADA NO FORNO

usando-se manteiga para o efeito. Depois vai a cozer inteira, com cebola, manteiga, açafior, vinagre e sal. Retira-se para uma travessa depois de bem cozida.

Noutra panela põe-se arroz a cozer no caldo onde se cozeu a galinha.

De seguida, coloca-se a galinha numa assadeira barrada de manteiga e deita-se então o arroz já cozido ao redor da galinha, indo assim ao forno para alourar. De vez em quando, rega-se a galinha e o arroz com o respectivo caldo.

DOCE - AMBRÓSIAS

Põe-se ao lume um tacho com 500 gramas de açúcar até engrossar. De seguida bate-se 10 ovos, cinco dos quais com as claras e juntam-se ao batido 1/4 de leite, mexendo-se depois tudo muito bem.

A esta mistura de ovos e leite junta-se a calda do açúcar, indo de seguida ao lume, mexendo sempre devagar, até que a combinação fique bastante espessa.

Ainda bem quente deita-se em pequenas taças e polvilha-se com canela moída e serve-se fria.

ESCLARECIMENTO: O prato de galinha serve-se com vinho da ilha, de preferência tinto do Porto Martins. Depois



Rosa-se primeiramente a galinha num tacho grande,

do doce um licor de maracujá e café bem quente.

Adivinhas



E como o novo ano vai ser uma incógnita, também queremos deixar aqui uma mão cheia de incógnitas, as nossas adivinhas, á procura de quem lhes dê a solução:

19.-

Qual é a cousa, qual é ela,
Que no mato nasce,
No mato se cria;
Vem para casa
E dá alegria ?

20.-

Qual é a cousa, qual é ela,
Que mal entra em casa,
Vem logo à janela ?

21.-

Vinte mil meninas
Numa varanda,
Todas a chorar para a mesma
banda.

22.-

Qual é a cousa, qual é ela,
Que é mais pequena que a perna
de uma galinha
E governa a casa como uma
rainha ?

23.-

O que é que é,
Que vem do mato,
Dá a volta á casa
E arruma-se num canto ?

De seguida damos a solução das adivinhas publicadas no Boletim anterior:

nº 13 so; nº 14 vento; nº 15 luz da vela; nº 16 o fogo; nº 17 seis e nº 18 baralho de cartas.

Zonas Sísmicas

No Boletim anterior começamos a divulgar os cuidados a ter como a ocorrência de sismos e no presente número vamos dar continuidade á sua divulgação, chamando os nossos leitores para as recomendações feitas.

Os Açores (com excepção das ilhas das Flores e do Corvo) são uma região de importante sismicidade e por conseguinte de permanente ameaça, sabendo-se que onde a terra treme com determinada intensidade, mais cedo ou mais tarde, voltará a tremer pelo menos com igual intensidade.

Podemos salientar os seguintes:

- O sismo de S. Miguel em Outubro de 1522, os da Terceira em 1614 e 1841 e o de São Jorge

de 1757. Este último, particularmente foi sentido com a intensidade XI, causando cerca de 1000 vítimas.

- Desde o início do século os maiores sismos que afectaram a Região foram:

- Os de Novembro de 1973 nas ilhas do Pico e Faial, e o de Janeiro de 1980 nas ilhas de Terceira, São Jorge e Graciosa.

Este último foi o que causou maior número de vítimas (cerca de 70) e maiores danos materiais (cerca de 24,5 milhões de contos).

Contudo, como estas intensidades se baseiam em grande parte no comportamento das construções, é possível que a intensidade a atribuir fosse um tanto inferior se nas regiões atingidas os edifícios fossem cuidadosamente construídos. Os técnicos admitem

com efeito que mesmo nas grandes catástrofes mundiais só raramente se atinge o grau IX, por ser excepcional haver danos consideráveis nos edifícios seguindo regras anti-sísmicas.

Assim independentemente da necessidade dos Departamentos competentes definirem uma política de utilização dos solos, regulamentando a construção e impedindo-a em locais particularmente perigosos, é indispensável que a regulamentação da construção anti-sísmica seja posta em prática na Região, e que uma fiscalização inflexível, sem condescendências, evite a má construção, sem condições de segurança, que não resistirá a qualquer abalo mais ou menos violento.

(Continua)

Diocese dos Açores

(CONTINUAÇÃO)

desigandas para diocese desta, - a ilha chamada de S. Miguel, situada no mesmo mar oceano, maior e mais notável do que as outras ilhas a ela próximas, chamadas dos Açores, ocupada e defendida por grande população de cristãos; e numa parte dela se chama Angra, havia entre outras, uma insigne igreja paroquial dedicada sob a invocação de Santo Salvador, na qual se sabia existirem um reitor, freire da sobredita milícia, e alguns clérigos, talvez seculares, perpetuamente nela beneficiados, chamados porcionistas. Como o sobredito Rei João desejasse, com piedoso affecto, que na mesma ilha de S. Miguel florescesse o culto divino e se propagasse a salvação das almas, o sobredito predecessor Clemente, separando da dita igreja funchalense - não de outra forma disposto ainda por ele - na data do dia antecedente ás calendas de Fevereiro (31 de Janeiro) do décimo ano do seu pontificado, tomada sobre isto madura deliberação, com os mesmos freires, e a conselho destes, a humildes

súplicas acerca disto, do sobredito Rei João ao nosso predecessor Clemente, para louvor e glória de Deus Omnipotente e honra da Benaventurada Maria, sua gloriosa Mãe, e de toda a corte celeste, erigiu e instituiu a cidade ou vila em que existia a mesma igreja do Santo Salvador, em cidade que se chamaria de Santo Salvador, e erigiu a mesma igreja catedral, sob a invocação do Santo Salvador, para um Bispo que se chamaria do Santo Salvador, Bispo que presidisse á mesma igreja do Santo Salvador, e nela na cidade e diocese dela velasse, governasse e semeasse (pregasse) conforme conviesse ao aumento do culto divino e salvação das almas; também para que exercesse jurisdição, autoridade e poder

episcopal; que esse devesse livre e licitamente fazer todas e cada uma das funções que os outros Bispos podem exercer nas suas igrejas, cidades e dioceses, por direito ou costume ou outras cousas, e estivesse subordinado ao arcebispo funchalense por direito do metropolitano e primaz, com sede e mesa capitular e outras insígnias e jurisdições; que pudesse possuir e gozar dos privilégios, imunidades, faculdades e graças que, igualmente, por direito ou costume, ou outros motivos, usam, possuem e gozem, ou possam de qualquer forma usar, possuir e gozar, para o futuro, as outras igrejas catedrais e seus prelados existentes no mesmo reino e domínio de Portugal e dos Algarves;

(CONTINUA)



10 Anos do Poder Aut

No passado dia 12 de Dezembro de 1986, completaram-se DEZ anos após as primeiras eleições democráticas e completamente livres, para todas as Autarquias do País, incluindo Madeira e Açores.

Para comemorar a efeméride altamente significativa para todos nós, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reuniu extraordinariamente, para em plenitude dizer abertamente o que os seus Membros pensavam.

Ao acto compareceu toda a Mesa, bem como todos os Partidos Políticos que compõem a actual Assembleia, a Câmara Municipal com os seus Vereadores, bem como também o Senhor Secretário Regional da Administração Pública, que se designou estar entre nós.

Na ocasião e depois da abertura da Assembleia Municipal pelo seu Presidente, usando da palavra representantes dos tres Partidos Políticos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, cujos discursos por constituírem uma peça histórica de muito valor, arquivamos nas páginas do Boletim Municipal, com os nossos agradecimentos.

Senhor Secretário Regional
Administração Pública, Excelência.
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereação
Exmos. Senhores Membros desta Assembleia.

Com esta sessão extraordinária pretende a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo assinalar a passagem do 10º aniversário das primeiras eleições autárquicas.

Torna-se, portanto, oportuno reflectir um pouco sobre a importância do Poder Local, que radica na tradição municipalista portuguesa, a realidade que ele constitui e os desafios que se lhe põem no presente.

A administração local portu-

guesa concretiza-se actualmente nos municípios e nas freguesias. Como entidades públicas de administração, são as autarquias locais que mais têm a ver com o dia-a-dia



de cada cidadão, dizendo-lhe bastante mais que outras instâncias do poder, mais longínquas e diluídas no que respeita ao quotidiano das populações.

A administração autárquica - o Município - é uma prestigiada forma de administração remontando ao período Romano que, com altos e baixos, nos mais de oitocentos anos da nossa história, acarinhada pelo Rei, que a ela recorria para controlar os excessos dos senhores feudais, ou resistindo à fúria centralizadora que vingou noutras épocas, algumas bem recentes, se tem mostrado sempre actual na sua eficiente e democrática forma de servir o povo.

Julgo poder concluir que a importância da administração local (o Poder Local) resulta da sua proximidade: os habitantes conhecem os autarcas, participam na administração, sentem-na como "coisa" sua. Resulta ainda da sua adequação às realidades - não fora o ajustamento aos problemas sentidos pelo Povo no dia a dia e esta "instituição" não teria sobrevivido tantos séculos, sofrendo influências várias é certo mas mesmo assim mantendo-se como forma insubstituível de administração;

e resulta finalmente, de constituir obstáculo a apetites centralizadores que sempre existiram ao longo dos tempos mas que sempre foram ultrapassados.

E para que falarmos do período da reforma liberal da administração local, que com o Dec. nº 23, de 16 de Maio de 1832, instituiu um administrador municipal nomeado pelo Rei - o Provedor - e reduzia a Câmara Municipal eleita a poderes de iniciativa e consulta, o que imediatamente provocou protestos em todo o País, se temos bem mais perto no tempo as autarquias da Ditadura.

Na realidade corpos administrativos designados porquanto o Presidente e o Vice-

(conclui na pag. 12)

Senhor Secretário Regional da Administração Pública.
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Exmos. Membros da Assembleia Municipal.

Exmos. Senhores Vereadores.
Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Foi há precisamente dez anos que o poder local teve a sua máxima consagração com a realização das primeiras eleições autárquicas.

Recordar hoje o 12 de Dezembro de 1976 é um acto de justiça e gratidão para com todos quantos tornaram possível um velho sonho que teimava tornar-se realidade:

- a tão ansiada instauração do regime democrático, no glorioso dia 25 de Abril de 1974.

Os socialistas foram antes, durante e depois do consulado salazarista dos mais estrénuos combatentes da paz, da liberdade e da dignificação do Homem português.

E nos momentos difíceis da adversidade e do perigo iminente, lá estavam os socialistas na vanguarda das grandes movimentações de rua e nas árduas

árquico em Portugal

transformações políticas, mormente no labor da feitura das leis e na defesa dos interesses das mais vastas camadas da população portuguesa do campo e das cidades.

Enquanto isto acontecia, muitos outros fugiam para o estrangeiro ou se refugiavam tiritantes nas trincheiras do medo e da cobardia conformista.

Na verdade não foi fácil o poder central outorgar às freguesias e aos concelhos do nosso país (as regiões administrativas por enquanto aguardam, ansiosas, a sua hora) a faculdade de poderem gerir os seus próprios destinos, livremente, e sem a mordada do centralismo bolorento, que, nos anos anteriores ao 25 de Abril, oprimiram ferozmente o povo português e desprezaram de uma forma particular os habitantes destas ilhas perdidas na bruma, no ostracismo e no abandono.



Era então a época da grande diáspora emigratória, já que as ilhas mais não eram do que porta-aviões ou as poldras do atlântico.

Nós, os de meia idade, ainda não esquecemos como eram nomeados os regedores, os presidentes das Juntas e os presidentes das Câmaras Municipais. Recordamos, tristemente, a insignificante relevância atribuída a essas juntas de freguesia que pouco mais faziam além de passarem atestados e de participarem numa ou noutra inauguração oficial.

O Poder então instituído, decalcado no fanatismo patrioteiro e saudosista, na prepotência e na imitação de práticas quer do fascismo mussoliniano, quer do nazismo hitleriano, olhava com profundo desdém para as autarquias locais.

(conclui na pag. 15)

Bastante diferente do habitual é o ambiente que neste momento nos envolve.

Não é, na verdade, o costumeado sentimento de responsabilidade com que cada um de nós se apresenta nas reuniões desta Assembleia que hoje nos acompanha, ao respondermos à chamada.

Estamos aqui para, de certo modo, fazermos um balanço e tirarmos a conclusão que, em consciência, julgarmos ser a devida a respeito do 10º aniversário que começa a ser festejado.

Estamos aqui obedecendo à obrigatoriedade que deriva da convocação que para tal recebemos, mas, mais do que isso, estamos presentes porque entendemos que, em relação ao motivo da comemoração, valeu, na realidade, a pena.

No entanto, mais importante do que manifestar regozijo pelo que terá sido a obra das autarquias nestes 10 anos decorridos, nos interessará declarar, com a consciência com que se presta um juramento, que estamos, cada um de nós no seu pelouro, dentro desta Assembleia ou fora dela, dispostos a continuar a trabalhar para o Bem da Comunidade em nome da qual ocupamos o nosso lugar de autarcas.

Admite-se, e é de aceitar o sentimento de contratempo que deriva de se ter a sensação de que as autarquias têm, na sua generalidade, cumprido com dignidade os seus mandatos. E serão, certamente, de pouco ou nenhum relevo os casos que tenham fugido a essa regra geral de bem servir.

Teremos de reconhecer, no entanto, também, que haverá



casos de insatisfação pessoal, hipótese em que se sente e se não esconde que mais e melhor poderia ter sido feito. De resto, é verdade de todos os tempos a de que nunca o homem, entregue a qualquer actividade, poderá, se o quiser fazer com consciência, reconhecer que se considera plenamente satisfeito. Tal ideal terá de reconhecer-se, agora e sempre, meta inatingível.

Ficaremos, portanto, na verificação do que, até agora, se pôde fazer.

Felicitemo-nos, todos, por algo se poder apresentar realizado, nestas tarefas em que o Bem Comum é o Fim maior para que caminhamos, mas não deixemos de considerar como assente que estamos longe de poder considerar que se atingiu tudo o que desejamos para o Povo em benefício do qual tudo se faz e que muito mais do que o já atingido necessita e merece.

É este o momento azado para nos regozijarmos e para mutuamente nos felicitar-mos.

Seria, no entanto, em tal regozijo e nessa congratulação, injustiça flagrante a de não saudar todas as outras autarquias que, nesta Região e no Portugal que é de nós todos, cumpriram, ou vão, neste momento, cumprindo a missão de que as eleições as encarregaram.

Saudamos, portanto, as Assembleias e Juntas de Freguesia, e lembremos de modo especialmente agradecido esses núcleos de Homens Bons, que estão no mais estreito contacto com as necessidades dos seus vizinhos e que são, muitas vezes

(conclui na pag. 17)

10 Anos do Poder Autárquico

(conclusão da pag. 10)

-Presidentes da Câmara eram nomeados pelo Governo, através do Governador Civil, e os vereadores eleitos quadrienalmente pelo Conselho Municipal.

Corpos Administrativos com uma autonomia quase que inexistente na medida em que:

- politicamente dependiam do Governo (os Presidentes e Vice-

-Presidentes da Câmara eram por ele nomeados e o regedor era o representante do Presidente da Câmara na freguesia;

- financeiramente viviam de subsídios mendigados à porta do Governo Civil ou dos Ministérios, já que as receitas próprias, diminutas, não lhes permitiam lançar obra de vulto;

- administrativamente os quadros de pessoal eram aprovados pelo Governo.

O 25 de Abril trouxe ao Povo Português a democracia e devolveu a dignidade do poder local.

Em importância do Poder Local na consolidação do estado de direito é pacificamente aceite por todas as forças políticas democráticas. A Constituição da República Portuguesa aprovada em 1976 devolveu ao Povo o controlo dos órgãos autárquicos através de eleições livres e directas.

Estes órgãos passaram a dispor de real autonomia.

A Lei 79/77 de 25 de Outubro, posteriormente revista pelo Decreto-Lei 100/84, de 29 de Março, que estabelece as atribuições das autarquias e competência dos respectivos órgãos. Ao Governo passa a caber apenas a tutela inspectiva ou seja, a tutela da legalidade.

A Lei 1/79, de 2 de Janeiro, posteriormente revista pelo Decreto-Lei 98/84, de 29 de Março, a chamada Lei das Finanças Locais que utilizando critérios estabelecidos transfere para as autarquias verbas que estas administram segundo as suas propriedades e que chegam a constituir 80 a 90% das receitas municipais, veio a estabelecer a autonomia financeira das autarquias. Acabar o período do chapéu na mão. Agora as autar-

quias podiam estabelecer minimamente os seus Planos.

Por outro lado, mais gente é chamada a participar na administração. Aparecem as assembleias municipais e as assembleias de freguesia, geralmente órgãos pluripartidários que se pronunciam sobre os orçamentos, os planos e todos os assuntos que dizem respeito à freguesia ou ao município. Na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, na Junta de Freguesia e na Assembleia de Freguesia os homens-bons voltam a consubstanciar-se na participação do Poder Local.

É esta mundança qualitativa que hoje se comemora! É o devolver do Poder Local dignificado ao Povo.

As autarquias novos e grandes desafios se põem. Dispondo de maiores poderes maiores responsabilidades lhes são exigidas. Às competências legais mais dilatadas deverão corresponder as necessárias contrapartidas financeiras sem as quais será a paralização e depois o descrédito. Não pode o Estado democrático desejar que isso aconteça; não podem as autarquias permitir, sem protesto, que tal venha a acontecer.

O saneamento básico, o abastecimento de água, a circulação rodoviária e o estacionamento, a habitação, a cultura e o desporto, o turismo são preocupações das autarquias envolvendo milhões. O essencial não pode mais ser adiado e o supérfluo de ontem torna-se no essencial de hoje. O som, a imagem e a palavra escrita da Comunicação Social chegam até nós mostrando as diferenças entre a nossa Região e a Europa a que pertencemos e as Américas para onde emigramos.

O novo ritmo de desenvolvimento que se verifica na Região Autónoma dos Açores como consequência directa da existência de órgãos de governo próprio é também o ritmo a que têm que se mover as autarquias deste Arquipélago.

Face à grandiosidade da obra

a efectuar só a cooperação entre os órgãos regionais e os autárquicos tornará possível suportar este ritmo. Isso foi compreendido pelo Governo Regional e as grandes obras de abastecimento de água são exemplos palpáveis e felizes de uma cooperação descomplexada e sem subordinações.

E não há que ter receios. Os autarcas dos Açores, trabalhando quer nos municípios quer nas freguesias, têm-se mostrado à altura. São exemplos de dinamismo, de competência e de dedicação.

Que o diga o concelho de Angra do Heroísmo seis anos após o sismo que o arrasou.

Por isso, para nós, grupo do P.S.D. na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, lembrar o 10º aniversário das primeiras eleições autárquicas é também lembrar e homenagear todos os autarcas que ao longo desse período trabalharam pelo bem da população deste município, que nesse trabalho diário fizeram a aprendizagem da democracia, que ajudaram a reerguer dos escombros o nosso concelho e o reconduziram ao lugar que sempre lhe coube no contexto regional e nacional.

Para finalizar, desejo saudar, em nome do Grupo Parlamentar do P.S.D., os restantes Grupos Parlamentares representados nesta Assembleia, a Câmara Municipal que na sua juventude vem assegurando um rumo certo e dinâmico à administração municipal e, na pessoa de Sua Ex^a o Secretário Regional da Administração Pública, o Governo da Região Autónoma dos Açores responsável por uma nova e auspiciosa era de realização que há dez anos se abriu para os Açores e que tem sabido acarinhar as autarquias sem tutelas desnecessárias e inconvenientes, mas com a compreensão perfeita da importância e do papel fundamental que a elas lhes cabe.

Disse.

Paços do Concelho, 12 de Dezembro de 1986.

Reclusos Políticos

Embora sem termos procurado manter a ordem cronológica dos factos, temos a registar uma das mais importantes remessas de DEPORTADOS vindos do Continente para aqui ficaram algum tempo à guarda da Fortaleza de São João Baptista do Monte Brasil, sob a responsabilidade directa do general Aires de Sousa.

A invasão de Portugal pelos franceses em 1807 e anos seguintes, o facto motivou a retirada de toda a família Real para o Brasil, bem como grande número da nobreza. O Reino de Portugal ficou assim entregue a uma regência que teve de se entender com os franceses, sob vigilância da tropa estrangeira.

Depois do facto conhecido vieram os ingleses em nosso socorro, que depois de terem desembarcado obrigaram os franceses a batalhas em campo aberto. Com estes dois contingentes, franceses e ingleses, houve também a luta do pensamento, das ideias novas trazidas pelos invasores franceses, que desde 1793 tinham um novo sistema politico em França, a constituir a maior JANELA aberta para a liberdade do pensamento e da expressão.

Muitos dos nossos compatriotas mais desenvolvidos culturalmente, e sem as peias da antiga monarquia absoluta, começaram a descobrir que o nosso sistema de Governo estava de há muito ultrapassado. No entanto, os franceses foram expulsos do território português com a ajuda das forças inglesas, mas as sementes da nova LIBERDADE estavam-

lançadas e tinham frutificado.

Por essa razão e outras houve vários conflitos internos, que levaram mais tarde á forca o general Gomes Freire, enquanto muitos outros elementos de menos força politica foram detidos e, conservados nessa situação ilegal sem culpa formada, até que foi decidido enviar 54 desses elementos para esta ilha Terceira, onde vieram a chegar a Angra a bordo da fragata Amazona, no dia 26 de Setembro de 1810.

A história registou para a posteridade o nome e situação social dessas individualidades, contando-se entre eles pintores, médicos, juizes, desembargadores, cirurgiões, oficiais do exército, padres, etc..

Julga-se com algum fundamento, que foram estas individualidades, quem lançaram aqui pela primeira vez a semente do LIBERALISMO que mais tarde se havia de concentrar em força nesta ilha para daqui lançar o cerco final ao absolutismo, como veio a acontecer na década de 20.

Deste grupo de deportados, temos conhecimento de um ter fixado residência em São Miguel, para os restantes depois de cumprida a deportação voltarem ao Continente, isto depois de D. João ter regressado do Brasil, mas terem deixado as sementes da liberdade entre nós, que ainda hoje prima por ser a ilha mais democrática e liberal dos Açores.

REI BORI

Comunicado



A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reuniu no dia 12 do corrente mes, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pelas 14h 30m, na sua 2ª Sessão Extraordinária, com apenas um ponto único:

Comemoração do 10º Aniversário das primeiras eleições autárquicas em Portugal.

Para além da mesa, compareceram o Exmº Secretário Regional da Administração Pública, Câmara Municipal e os três partidos que constituem a presente Assembleia.

Aberta a sessão pelo Presidente da Mesa, que agradeceu a presença de Sua Excelência o Secretário Regional da Administração Pública Dr. António Meneses, dando de seguida a Palavra aos Partidos Políticos e Presidente da Camara, que falaram pela seguinte ordem:

Pelo CDS o Senhor dr. Gervásio Luso de Sousa Martins; pelo PS o Senhor dr. António das Neves Leal; pelo PSD o senhor Profº Duarte Manuel Bettencourt Mendes e, finalmente, o Presidente da Câmara Municipal dr. Joaquim Ponte.

Todos os oradores se manifestaram a favor do Poder Autárquico, pela Democracia em Liberdade.

Findos os discursos o Presidente da Mesa agradeceu a todos os presentes a sua contribuição valiosa, e depois de renovar os agradecimentos a Sua Excelencia o Secretário Regional da Administração Pública encerrou a Sessão. P'lo Presidente da Assembleia

O Primeiro Secretário,
José Rodrigues Ribeiro

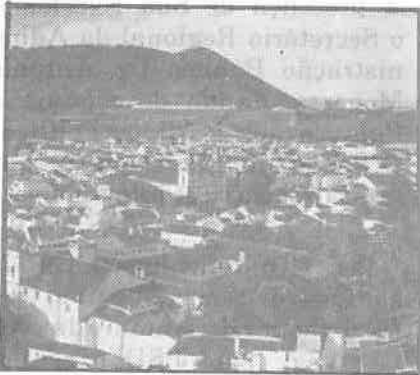
ANGRA BRILHA DE LIMPEZA E ASSEIO

CONTRIBUI TAMBÉM PARA SER

CADA VEZ MAIS BELA

Junta de Freguesia de S. Bento

A leste desta cidade de Angra e procurando alargar-se e crescer cada vez mais, espreita-se aiosamente a freguesia de São Bento, uma das cinco que actualmente constituem



a cidade de Angra do Heroísmo. Foi também uma das freguesias desta ilha Terceira bastante afectada pelo sismo de 1980, presentemente quase em completa reconstrução. Tinha no ano de 1981 quando do último censo populacional, 2172 habitantes, mas com os efeitos da reconstrução e de muitas casas novas, deve contar agora com perto de 3000 habitantes.

Nas últimas eleições realizadas para o Poder Local, a Junta de Freguesia ficou assim constituída:

- Presidente - Manuel Celestino da Silva Bettencourt;
- Secretário - Jorge Manuel Toste Lopes
- Tesoureiro - António Fernando de Castro Carapinha.

Código de Posturas

- a) 10.000\$00 — Artigo 21.º e alíneas a), b), d), e), h), i), k), e m) do artigo 22.º
- b) 1.000\$00 — alínea c), e f) do artigo 22.º;
- c) 2.500\$00 — alíneas g), j), e l) do artigo 22.º.

2. Todo aquele que impedir ou dificultar o normal aproveitamento de águas, quando efectuado nos termos do disposto no presente capítulo, incorrerá na multa de 5.000\$00, sem prejuízo de outras sanções mais graves que ao caso couberem.

CAPÍTULO VIII

Da remoção de lixos domésticos

ART.º 24.º — Compete exclusivamente aos serviços de limpeza da Câmara a remoção dos lixos, detritos e imundícies domésticas.

ART.º 25.º — 1. A entrega dos lixos domésticos deverá fazer-se em recipientes de material plástico ou metálico ou então em embalagens não recuperáveis, de papel ou plástico, com as seguintes características:

a) Os recipientes, sem acessórios ou rebarbas que possam prejudicar o lançamento do lixo ou ferir os serventuários disso encarregados, deverão ter a capacidade mínima de 20 litros, tampa fixa com sistema de encaixe e inscrição bem visível das iniciais do proprietário e número de polícia;

b) As embalagens não recuperáveis serão sacos de papel à prova de humidade, ou de plástico opaco, uns e outros com resistência apropriada, fechados de modo a não abrirem acidentalmente;

c) Quando cheios, os recipientes e os sacos não poderão pesar mais de 25 quilos.

2. Os recipientes que não satisfaçam às características referidas na alínea a) do n.º 1 deste artigo serão considerados como embalagens não recuperáveis, e, como tais, poderão ser removidos pelos serventuários dos serviços de recolha de lixos.

ART.º 26.º — 1. Para efeito da recolha de lixo, deverão os recipientes ou embalagens ser colocados nas guias dos passeios ou, não os havendo, à porta das habitações, antes da hora habitual da passagem da viatura de recolha pelo respectivo local.

2. Efectuada a recolha do lixo, deverão os recipientes recuperáveis ser retirados após a remoção do lixo.

ART.º 27.º — 1. O transporte de cargas na via pública, seja qual for o sistema utilizado, deverá fazer-se sem desprendimento de líquidos, poeiras, terra, papéis, palhas, desperdícios ou quaisquer detritos que a conspurquem.

2. Pelo não cumprimento do disposto no número anterior deste artigo considerar-se-à responsável o proprietário do veículo transportador.

10 Anos do Poder Autárquico em Portugal

(conclusão da pag. 11)

É evidente que para se impor e manter, como o fez durante 48 anos de obscurantismo e atraso económico-social, não precisava de qualquer apoio do poder local. Esse regime elitista, oligárquico e injusto, tinha outras falanges de apoio devidamente apetrechadas, e muito mais obedientes e eficientes nos métodos seguidos.

Como o Estado Novo se apoiava essencialmente nas cúpulas da sociedade, os interesses das populações eram vistos através do periscópio do Terreiro do Paço do pós 12 de Dezembro de 1976 que, com júbilo sincero, hoje aqui comemoramos nesta sessão.

Nesses tempos de despotismo e posteriormente, de autoritarismo e guerra colonial, a qual condenou à morte, à invalidez e à deficiência física e psíquica muitos milhares de jovens portugueses, não se falava em poder local. Promulgar leis e decretos para viabilização das finanças locais seria então uma verdadeira heresia política, uma autêntica aberração.

E porquê? - apetece perguntar.

A resposta é simples. O poder local não era considerado o pilar da Democracia e esta era mesmo ridicularizada pelos ideólogos - do regime autocrático como sendo um dos regimes mais nocivos para o desenvolvimento do povo português. Este, quanto menos esclarecido, mais duradoura seria a própria vida do regime ditatorial.

Efectivamente, a instrução e a cultura não eram preocupações de regime fascista. O próprio ditador Salazar ufanava-se de ter aprendido a ler com um sapateiro de Santa Comba-Dão.

E foi o seu governo que extinguiu as escolas do Magistério Primário e criou uma multidão de regentes escolares. Estes últimos, muitos deles portadores apenas da 4ª Classe, eram os formadores das crianças que frequentavam a instrução pri-

mária até à 3ª ou 4ª classe.

Senhor Presidente e senhores Membros desta Assembleia. Se evocámos esses tempos passados foi para sublinhar bem a dívida que hoje temos ao alcance das nossas mãos e frisar melhor as grandes responsabilidades que impendem sobre todos e cada um de nós.

Todos os que estão aqui presentes sabem muito bem que qualquer verdadeira e sã democracia para sobreviver e consolidar-se não poderá minimizar ou descurar a sua própria base de apoio.

Nenhum regime autenticamente democrático está dispensado de auscultar permanentemente o parecer e sentir popular que se patenteiam de múltiplas as formas, e nas mais diversas situações, indo estas de uma simples sondagem à petição ou abaixo-assinado de uma junta de freguesia, ou até a um simples pedido de uma comissão fabriqueira de moradores ou consumidores.

É inadmissível que certos eleitos autárquicos uma vez investidos em funções executivas a nível regional ou nacional reneguem a sua condição de antigos autarcas. Contudo, não menos grave se nos afigura o comportamento daqueles que embora se dando ares de grandes democratas extramuros querem ainda peternalisticamente tutelar o poder local, menosprezando a sua importância e vitalidade ou criando sérios entraves às realizações mais justas e prementes daqueles que vivem e labutam ao lado do povo.

Neste capítulo, muitos tem sido os atritos nos últimos anos, entre o Governo Regional dos Açores e várias Câmaras Municipais, tais como as de: Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Ponta Delgada, Nordeste, Lajes das Flores, Vila do Porto, e ainda algumas do Pico. São incidentes dignos de registo.

Consideramos útil a ajuda técnica, o saber e a experiência dos

governos, mas repudiamos firmemente a governamentalização de qualquer órgão de poder local. Felizmente, essas intromissões do poder regional têm vindo a registar índices de frequência menores nos últimos tempos. É um progresso que assinalamos, mas que mesmo assim não nos deve tranquilizar ou fazer esmorecer a nossa vigilância, ou diminuir a nossa atenção, sejamos da oposição ou do partido do governo.

A nossa independência em relação ao poder regional tem a mesma legitimidade que o regime autonómico possui em relação ao poder central. Seria uma incongruência barafustar-se contra o Terreiro do Paço e vermos o regime autonómico proceder de forma idêntica face ao poder das autarquias.

Para se evitar alguns excessos, sempre possíveis, os eleitos do P.S. nesta Assembleia vêem com bons olhos a recente adesão do nosso município à Associação Nacional de Municípios, de cujo intercâmbio muito há a esperar para a resolução de problemas candentes que, de outra forma, ficariam adiados para as calendas gregas. Isto não significa que os municípios percam a sua autonomia financeira e patrimonial, e o seu poder regulamentar próprio, princípios fundamentais consignados na Constituição da República Portuguesa.

É gratificante ouvir-se a opinião muito difundida de que o poder local constitui uma das melhores realizações do novo regime democrático.

Importa, pois, retirar todas as vantagens desse poder conquistado (mais do que doado) às autarquias. Estas não podem confinar-se a tarefas meramente burocráticas, como outrora. Há que enveredar pelos caminhos da animação cultural, pelo incremento do desporto, do turismo, pela defesa do ambiente, preservação das tradições mais genuínas e promo-

(conclui na pag. 16)

10 Anos do Poder Autárquico em Portugal

(conclusão da pag. 15)

ção dos valores humanos existentes nas nossas autarquias.

Felizmente, o nosso município tem desenvolvido várias realizações artísticas, culturais e recreativas, de alguns anos a esta parte. Tais iniciativas têm contribuído para uma maior dignificação e valorização das populações, especialmente as rurais, as mais carecidas de actividades para ocupação dos tempos livres. Daí a necessidade de um maior empenho e comprometimento de todas as forças vivas e, inevitavelmente, dos autarcas, para todos em conjunto, resolverem as situações mais gritantes de cada povoação. Não basta enumerar os problemas ou conhecer as realidades. É preciso agir e resolver os problemas com a possível rapidez e bom-senso.

As populações do campo merecem ser olhadas e atendidas com tanto ou mais carinho que as citadinas. Já lá vai o tempo da dicotomia campo/cidade, velha ideia deixada pelos romanos há já muitos séculos e que urge erradicar definitivamente do nosso léxico e dos nossos esquemas mentais. Aqui, nos Açores, tal discriminação não se justifica, devido à pequena densidade demográfica das ilhas.

Só assim os municípios e os habitantes das nossas freguesias sentirão o palpitante da vida comunitária e o valor da solidariedade, da entre-ajuda e do progresso real, e não apenas epidérmico ou aparente. Para isso exige-se um poder autárquico atento e devotado. Infelizmente, e em grande parte por culpa dos partidos políticos, existem assembleias de freguesia que descumpram os seus deveres, não reunindo nos períodos legais. Outras há que embora reunindo não conseguem dinamizar convenientemente os seus membros

na busca das acções a empreender localmente, e apoiando de vidamente as juntas de freguesia, que muitas vezes vivem entregues a si mesmas. Ora as assembleias de freguesia ou municipais não podem cingir-se a ver actuar os excuteiros, sob pena de traíremos a própria essência do poder local, que deve ser a verdadeira emanção do sentir do povo, dos seus anseios e problemas mais prementes.

Para ultrapassar alguns desses impasses, urge valorizar, cada vez mais, a função do eleito promovendo-se frequentes acções de formação ou seminários visando apetrechar os autarcas de conhecimentos específicos para o desempenho das suas funções, nomeadamente a nível jurídico, contabilístico, cultural e de relações públicas.

Senhor Presidente, senhores membros desta Assembleia. Só tendo em mente estes e outros requisitos, os autarcas terão a necessária credibilidade perante os eleitores e poderão sentir-se tão úteis na sua comunidade como os membros dos governos poderão sentir-se úteis na região ou no país. Ser autarca não é menos nobre do que ser secretário ou ministro.

Só assim o poder local, que hoje aqui celebramos, dará os almejados benefícios derivados da desconcentração e descentralização dos serviços e do poder.

Se assim for, a democracia será uma verdadeira escola política e um imperativo de consciência, tão perdurável como a consciência humana, como magistralmente nos ensinou esse grande arauto do povo que foi António Sérgio.

Tenho dito.

Angra, 12 de Dez. de 1986
António Neves Leal
Porta-Voz do P.S. na A.M.A.H.

TOPONÍMIA

Vamos hoje terminar a toponímia iniciada com a letra B, para no próximo número iniciarmos a da letra C. O apontamento de hoje vai ser menos extenso, apenas com quatro termos, os que faltam para esgotar a letra B.

- 43. BORRANTES: Criação de gado no centro da ilha Terceira, termo único na língua portuguesa, usado para designar esta ou aquela terra;

- 44. BRANDÃO: Pequeno monte na serra de Santa Bárbara e ainda quatro lugares conhecidos no Continente;



- 45. BRASIL: Monte belo e muito conhecido sobranceiro á cidade de Angra, 1 lugar na ilha de Santa Maria e ainda 10 lugares no Continente;

- 46. BRAVIO: Lugar na freguesia de São Mateus da Calheta, e mais 3 lugares no Continente;

Assim chegamos ao fim dos termos terceirenses iniciados com a letra B, e dos 46 que registamos temos 17 apenas encontrados na ilha Terceira, o que adicionados aos da letra A, nos dá um total de 58 apenas conhecidos entre nós.

**A LIMPEZA DA
CIDADE DE
ANGRA CONTINUA
A SER O ORGULHO
DE TODOS OS
TERCEIRENSES**

10 Anos do Poder

(conclusão da pag. 11)

os primeiros a suportar o embate nem sempre suave, que deriva das necessidades normais que se vão escalonando e se tenta tornar realidades, tal como por vezes, também, se vêem a braços com tantos problemas inesperados, que as circunstâncias fazem surgir e a que é necessário, também atender, e, na medida do possível, satisfazer, por si próprios ou com o apoio e a colaboração quem têm de ir solicitando de quem esteja em condições de prestar tal auxílio.

Será nesta saudação, em que individualizam os órgãos da autarquia - assembleias e juntas, que se pretenderá não esquecer a própria autarquia - a freguesia, pois é a ela que se pretende evocar e garantir solidariedade e apoio.

Saudemos, seguidamente, o município, autarquia, também, sede mais ampla de tantos trabalhos e de tantos problemas, que, no dia-a-dia, o Bem das populações vai fazendo surgir e vai exigindo trabalhos e canseiras daqueles que as eleições designaram como madatários dos municípios.

Pensemos por um momento em quanto de trabalho esforçado sem repouso e sem horários, se espera e se exige daqueles que constituem o executivo camarário e deixemos-lhes, por esse esforço, nosso reconhecimento e a certeza da nossa solidariedade.

E nós, finalmente, assembleia municipal, conscientes do interesse que para o Povo, nossa razão de existir e de trabalhar tem a discussão cuidada que dos problemas se faça, e o voto que sem conclusão, exprima o que se entender ser o melhor para esse povo, aqui estamos, neste momento, a recordar o que, antes de nós, outros já fizeram, para o bem de todos, e a assegurar que, na medida das forças de cada um de nós, para esse Bem comum estamos, também, dispostos a colaborar.

Angra e o terramoto de 1980

(conclusão da pag. 1

nal e as Câmaras Municipais, se mostraram á altura da resolução do grande cataclismo, o mesmo acontecendo com as populações e as Juntas de Freguesia, que nunca enjeitaram nem trabalho nem sacrificios, nem nunca também fugirem á responsabilidade.

Julgamos saber da existência de alguns prédios urbanos no centro desta cidade, que dificilmente serão reconstruídos, e como uma cidade PATRIMÓNIO MUNDIAL, não pode nem deve ficar com manchas de ru-

lar moderna e funcional, já anunciada para ser implementada muito brevemente, uma nova rede de esgotos e de água potável que a nossa Câmara tem em agenda e, energia eléctrica suficiente em potência e qualidade, para que o BURGO mais antigo da Região se possa continuar a desenvolver e a progredir, como tem direito a todos esperamos.

Nesta data em que evocamos o luto, a dor e os tormentos sem



ina, terá certamente o Governo Regional num prazo relativamente breve, de examinar essas pequenas mas vivas cicatrizes, e preparar a legislação especial para as combater eficazmente.

Para que Angra seja aquilo que todos nós queremos, desejamos e ambicionamos, fica-lhe a faltar por agora uma via circu-

·fim do grande terramoto de 1980, desejamos saudar todas as forças políticas desta terra, mas todas sem excepção, os Autarcas desta ilha e muito especialmente os do nosso concelho, o mais fortemente atingido e apenas dizer: COM GENTE DESTA FORÇA E COM ESTA CORAGEM, não há forças que nos abalem. Bem hajam e sempre em frente.

10 Anos do Poder Autárquico

Senhor Secretário Regional da Administração Pública. Excelência.

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Exmos. Membros da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Começaria por vos dizer que é para esta Câmara, e para mim como Presidente, uma grande honra e satisfação poder hoje, em comum convosco, celebrar estes dez anos de poder local Democrático. Com efeito penso que nesta altura de júbilo e alegria para todos, não podemos esquecer quantos por aqui passaram, e quantos têm celebrado com o poder autárquico na nossa Região de há dez anos a esta parte. De facto quer na Câmara Municipal, quer nas Juntas de Freguesia, quer nas Assembleias Municipais e de Freguesia muitos têm sido aqueles que têm prestado um valiosíssimo contributo à nossa terra, ao desenvolvimento do Concelho que o mesmo é dizer ao desenvolvimento da nossa Região e do nosso País.

Alguns passaram quase despercebidos, outros concerteza daqui saíram com algumas alegrias, mas também com muitas frustrações resultado, por vezes, de dificuldades que se vão encontrando na acção do dia-a-dia.

Creio ser hoje inquestionável, e disso já deram testemunho os representantes dos partidos presentes nesta Assembleia, a impotência que cada vez mais, cada um de nós e a população, vêm dando ao papel das Autarquias locais. Atravessamos um período difícil, com o regime deposto de descentralização das autarquias, de as tornar subalternas a um poder ditatorial que interessa mantê-las na penúria financeira para que a sua acção fosse extraordinária dificultada. Mas, e no presente, ninguém duvidará

que o trabalho de uma Autarquia Local, de uma Câmara Municipal ou Junta de Freguesia é muito importante. Elas constituem, por assim dizer, o primeiro embate dos municípios, e o primeiro embate das pessoas na perspectiva e na tentativa de resolverem os seus problemas.

Todos nós autarcas deste Concelho temos consciência das



inúmeras solicitações que diariamente nos são presentes. Algumas sabemos que não nos competem directamente, mas entendemos que tudo o que são problemas de um concelho, quer dependem ou não directamente da autarquia, são simultaneamente e todos problemas da autarquia, caberá, assim fazer um esforço para os resolver quando da sua competência se tratarem e quando assim não for terá que intervir determinadamente junto de quem de direito, para que essas situações possam ser ultrapassadas.

Penso portanto, e resumindo este reciocínio que nenhum de nós, nem o Presidente da Câmara nem nenhum dos seus Vereadores, nem nenhum dos seus

autarcas deste concelho se pode demitir, por não considerar da sua área de competências, de tratar ou de ajudar a tratar qualquer problema que afecte a nossa população. Trata-se de uma tarefa aliciante que eu como outros que aqui se encontram, iniciaram há cerca de um ano, que nos prende, nos entusiasma, que nos traz também quase permanentemente insatisfeitos porque gostaríamos que as coisas por vezes tivessem um determinado curso que, infelizmente, não conseguimos imprimir.

O Poder Local de há 10 anos a esta parte, sofreu uma evolução que me parece notável e de assinalar. Acabou-se com as nomeações dos Presidentes e Vice-Presidentes das Câmaras, acabou-se com a discriminação que era feita entre os funcionários Municipais e os restantes funcionários da Administração Pública, acabou-se, em boa medida, com a carência de meios financeiros das autarquias que obrigavam os seus membros a andarem de porta em porta a pedir ajuda para a resolução de mais este ou aquele problema. Felizmente hoje as autarquias dispõem de autonomia e de meios para executarem as funções que lhes estão cometidas.

Quantas pessoas terão passado por aqui e sentido tremendas frustrações pela falta de meios, materiais e humanos, muito embora a boa vontade os pudesse animar para resolver os problemas da população e do Concelho que tinham o encargo de servir.

A dignificação do Poder Local é portanto uma tarefa que ao longo destes anos tem vindo a ser construída e penso que em primeiro lugar ela depende de cada um de nós. Será com o nosso trabalho, com o nosso empenhamento, será concerteza com a nossa dedicação a esta causa

(conclui na pag. 18)